

Pacificação à brasileira? O paradigma de Caxias, a Minustah e o governo de Jair Bolsonaro

Pacification in the Brazilian way? The Caxias Paradigm, the Minustah and the Jair Bolsonaro's Government

Rev. Bras. Est. Def. v. 6, nº 2, jul./dez. 2019, p. 13-36

DOI: 10.26792/RBED.v6n2.2019.75145

ISSN 2358-3932

GILBERTO MARCOS ANTONIO RODRIGUES
TADEU MORATO MACIEL

INTRODUÇÃO: PACIFICAÇÃO E O PARADIGMA DE CAXIAS, ONTEM E HOJE

O conteúdo semântico da expressão pacificação é vago o suficiente para conter diferentes ideias, métodos e intenções. No Brasil, ela vem sendo invocada recentemente pelos altos mandatários da República e por militares em atuação no exterior e dentro do País. Com efeito, a partir da posse do Presidente Jair Bolsonaro, “pacificação” foi retomado como vocábulo necessário, uma espécie de caixa de pandora da qual se extrai o método para resolver problemas em amplo espectro — do combate policial-militar ao crime organizado à governabilidade política no Congresso Nacional e à polarização sociopolítica na sociedade brasileira. Com roupagem positiva e construtiva, a pacificação implica estratégias que se valem

Gilberto Marcos Antonio Rodrigues – Professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador produtividade (DT) do CNPq. Pesquisador visitante sênior (Capes-Print) no *Centre for Global Cooperation Research* (CGCR) da Universidade Duisburg-Essen, Alemanha (2019-2020). Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq Organizações Internacionais e Temas Globais (OITEG).

Tadeu Morato Maciel – Professor colaborador e Pós-doutorando (bolsista PNPd/Capes) no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST) e na Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEPEB/UFF), Vice-Coordenador do Grupo de Pesquisa Organizações Internacionais e Temas Globais (OITEG/UFABC), coordenador do laboratório de pesquisa Nexus: segurança e desenvolvimento na política global, vinculado ao SEDEAMÉRICAS, e pesquisador do Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASInTec/UNIFESP).

do uso da força, inclusive policial e militar, amparada na legitimidade estatal do monopólio da violência.

Em sua atuação em forças de paz da ONU, sobretudo no comando da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah), de 2004 a 2017, as forças armadas brasileiras invocaram a “pacificação à brasileira” para justificar o uso da força, supostamente de forma racional, branda e limitada ao necessário, com uma atuação de perfil conciliatório, cujos resultados seriam os mais exitosos possíveis, com o mínimo de perdas humanas de ambos os lados do conflito. Essa pacificação se assemelha muito ao perfil de atuação atribuído ao Duque de Caxias no Segundo Império, que lhe valeu o título de “O Pacificador”.

Com a influência castrense no governo Bolsonaro e de seu Vice-Presidente, General Hamilton Mourão, a invocação da figura de Caxias como o paradigma do pacificador tem sido recorrente em discursos oficiais e entrevistas destes mandatários para a imprensa. Por exemplo, logo após ser confirmado como presidente eleito, em transmissão ao vivo nas redes sociais na qual exaltava sua tarefa de reunificar o país, Bolsonaro afirmou que seguiria “o exemplo do patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias, e [buscaria] pacificar o nosso Brasil” (Ferreira 2018). Na semana seguinte, o Vice-Presidente Mourão afirmou que a história do Exército favoreceria a pacificação do país após o processo eleitoral, visto que eles são “o Exército do Duque de Caxias, que ficou conhecido como ‘O Pacificador’”, “aquele que pacificou todas as guerras de povos que ocorreram no século XIX e quase dividiram o País” (Uol 2018; Terra 2018). Porém, o que significa trazer a imagem de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, como parte da justificativa e da *rationale* para a atuação do governo nas várias frentes civis, políticas e humanitárias, majoritariamente internas?

A partir da análise das Ciências Humanas e Sociais, este artigo tem por objetivo resgatar o paradigma de Caxias como pacificador do Império, visando oferecer elementos para uma compreensão inicial do que significou essa atuação em termos políticos e sociais, mais além da esfera militar. E, a partir dessa análise, estudar o conteúdo da palavra pacificação, tal como tem sido utilizada atualmente, para esclarecer as eventuais implicações contemporâneas dessa invocação do Duque de Caxias como modelo para decisões e ações dos militares no governo Bolsonaro. Além disso, o artigo oferece elementos de discussão para a hipótese de que a presença de militares no governo de Bolsonaro, especialmente da “turma do Haiti”, e as referências ao Duque de Caxias indicariam que representantes das Forças Armadas Brasileiras estão, novamente, sendo acionados como agentes de pacificação.

PACIFICAÇÃO À BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO “AGENTE CONCILIADOR”

Na história do Brasil, o emprego do termo “pacificação” tem sido recorrente, embora diversificado no tempo e no espaço. Os primeiros alvos dos processos de pacificação foram os povos nativos, desde o início do período colonial (1500-1822). De forma geral, esse processo de “conquista” era executado por missionários (especialmente jesuítas) e combinava, em diferentes graus, a repressão explícita (envolvendo a escravização, o batismo forçado ou a efetiva execução) com práticas mais “sutis” de tutela (Souza Lima 2015; Oliveira 2014). Desde as suas primeiras manifestações, a pacificação tem como base uma lógica própria da guerra, um modo *sui generis* de exercício do poder, na qual uma das partes em conflito submete sua(s) contraparte(s) por meio do uso da violência, a qual não se limita à utilização exclusiva da força (Souza et al. 2017). A pacificação impõe um confronto que não objetiva necessariamente a eliminação do inimigo, visto ser caracterizada por uma série de ações, variáveis no tempo e no espaço, que visa a submeter e enquadrar o “outro” a certo ordenamento social que atenda às necessidades do agente pacificador (Souza et al. 2017).

Embora haja dificuldades para afirmar com precisão quando o termo pacificação foi institucionalizado na América portuguesa, a formalização de seu uso após a Independência do Brasil está intimamente vinculada a uma política aplicada por militares. Além disso, o Estado brasileiro expandiu o uso de tal expressão para lidar com grupos considerados incivilizados ou insurgentes. Nesse processo, a ideia de pacificação fora evocada para demonstrar a necessidade de (re)estabelecimento de determinada ordem. Para tal, utilizavam-se argumentações religiosas (especialmente antes do positivismo republicano) e/ou socioculturais que permitissem a absorção e integração de algum “outro” (comumente os indígenas) ao “mundo civilizado”; ou também como forma de legitimar intervenções militares que buscavam reprimir grupos considerados dissidentes, separatistas ou, até mesmo, desordeiros — como no caso das rebeliões regenciais (Gomes 2014; Maciel 2018).

Essas dimensões não são excludentes; ao contrário, elas conectam-se para construir determinada imagem das Forças Armadas (especialmente o Exército) e para o Estado brasileiro em si (enquanto dois entes que teriam plenas condições de julgar quando seria preciso “excluir” ou “incluir” algum grupo em relação ao convívio social). Duque de Caxias é considerado a expressão máxima da ideia virtuosa da pacificação, a partir da concepção militar. Ele foi o responsável por tornar os processos de pacificação elemento essencial para a formação do Exército e consolidação do território

rio brasileiro no pós-Independência. A partir do conjunto de sua atuação militar e política, interna e externa, Caxias torna-se o paradigma de uma “pacificação à brasileira”, como se tratará de demonstrar adiante.

DUQUE DE CAXIAS: PACIFICADOR DO BRASIL IMPERIAL

A trajetória do “Duque de Ferro” em meio às “ameaças” separatistas e na Guerra do Paraguai

Desde a Independência do Brasil, em 1822, o termo pacificação esteve bastante associado ao *ethos* do Exército Brasileiro. Ele se relaciona diretamente a um pano de fundo político crucial: o imperativo de se manter um pacto imperial. Essa era a percepção do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, sobre o principal objetivo do Estado nascente brasileiro, em prol da união do território (Dolhnikoff 2005). O temor de Bonifácio, compartilhado por políticos conservadores daquele período, era de que o Brasil se fragmentasse como as ex-colônias da Espanha, em seu entorno territorial imediato. Esse temor, transformado em princípio pétreo da existência do Estado — que resultará, inclusive, na derrota do federalismo e vitória do Estado centralizado na Constituição de 1824 — servirá de orientação permanente aos chefes de Estado e burocratas militares e diplomáticos do país por décadas à frente.

Os primeiros eventos que possibilitaram essa vinculação entre pacificação e a defesa da unidade do território brasileiro foram as vitórias militares do governo imperial, instalado no Rio de Janeiro, contra insurgências regionais. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880) foi o principal líder militar nas pacificações contra as chamadas Rebeliões Regenciais. Não à toa recebeu a alcunha de “O Pacificador” e “O Duque de Ferro”, sendo alçado a patrono do Exército Brasileiro em 1962. Descendente de uma família de militares portugueses (inclusive seu pai, o Marechal de Campo Francisco de Lima e Silva), foi cadete desde os cinco anos de idade e ingressou na Escola Militar aos 15. No início de sua carreira militar, entre 1822 e 1831, participou, enquanto Tenente, de campanhas na Bahia contra revoltosos que se negavam a reconhecer a Independência do Brasil.

Também atuou na campanha da Cisplatina, combateu rebeliões contra a regência no Rio de Janeiro e derrotou o movimento da Balaiada. Em 1832, assumiu, na condição de tenente-coronel, o comando do Corpo de Guardas Municipais, no qual participou da implantação de algumas inovações, como as rondas de Cavalaria. Tais experiências foram determinantes para que Lima e Silva desenvolvesse e, posteriormente, incorporasse estratégias e táticas de polícia às suas futuras campanhas “pacificadoras” (Forjaz 2005). Suas vitó-

rias lhe renderam títulos nobiliárquicos, franca ascensão nos postos militares, além de espaços de grande influência política: em 1841 já era Brigadeiro, Barão de Caxias (o título faz referência à cidade maranhense de Caxias, local onde ocorreram batalhas decisivas para a vitória das forças imperiais) e eleito deputado à Assembleia Legislativa pela Província do Maranhão.

Em 1842, tornou-se Comandante das Armas da Corte e atuou na pacificação de Minas Gerais e São Paulo, por conta de movimentos revoltosos suscitados pelo Partido Liberal. Diante da rápida e contundente repressão das revoltas nas duas províncias, Caxias foi promovido ao posto de Marechal-de-Campo. No mesmo ano, foi enviado para o Rio Grande do Sul para combater a Farroupilha. Em 1845, Caxias foi elevado a Conde e contribuiu, como militar e político, para pôr fim à revolta, tornando-se ainda Senador do Império pela província que acabara de pacificar.

Em 1851, Caxias foi nomeado Presidente da Província e Comandante-chefe do Exército do Sul devido à iminência de luta nas fronteiras da região Sul. Em setembro daquele ano, Caxias invadiu o Uruguai e abateu as tropas de Manoel Oribe. Em 1852, foi promovido ao posto de Tenente-general e recebeu o título de Marquês. Em 1853, uma Carta Imperial lhe conferiu a Carta de Conselho, fornecendo-lhe o direito de tomar parte direta na elevada administração do Estado e, em 1855, assumiu o cargo de Ministro da Guerra. Em três oportunidades assumiu a Presidência do Conselho de Ministros do Império (1855-1857, 1861-1862 e 1875-1878). Em 1862, foi graduado Marechal-do-Exército, assumindo novamente a função de Senador no ano de 1863.

Em sua obra “O Exército na Política: Origens da intervenção militar (1850-1894)”, John Shulz pontua que “além de ter sido o mais bem-sucedido dos generais brasileiros, Caxias foi também o mais político” (1994: 66). Militar e político vinculado ao Partido Conservador, Caxias foi convidado a assumir o comando das tropas brasileiras no início da Guerra do Paraguai, período no qual o Conselho de Ministros estava sob gestão de Zacarias de Góis e Vasconcelos, do Partido Liberal. Esse convite seria impensável em condições políticas normais, mas o prestígio do Marechal o colocava acima das questões partidárias. Assim, em 1866, Caxias foi nomeado Comandante-chefe das Forças do Império para atuar na Guerra do Paraguai, mesma época em que foi efetivado Marechal-do-Exército. Em 1868, Caxias assumiu o comando geral das forças aliadas.

Após a vitória de Humaitá, desfecho crucial na estratégia da Guerra, Caxias entra em Assunção, em janeiro de 1869, pondo termo ao conflito armado. Devido a tal êxito, Caxias recebeu o exclusivo título nobiliárquico de Duque. Após a ocupação da capital paraguaia, ele teve que deixar seu posto por motivos de saúde ainda antes do término do conflito. Nos anos

seguintes, sua saúde piorou progressivamente, resultando em sua morte no dia 7 de maio de 1880.

A construção da imagem de Caxias como “referência” do Exército Brasileiro

Foi somente na década de 1920 que Caxias começou a ser considerado a principal figura militar da história brasileira. Até esse período, Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, era descrito como a referência primordial no Exército. Caxias era visto como figura menor quando comparado a Herval. Sua reputação cresceu gradualmente e, em 1923, o Ministério do Exército criou uma celebração anual em sua homenagem. No referido ano, nas comemorações de 120 anos do seu nascimento, o dia 25 de agosto passou a ser considerado Dia do Soldado. Depois de 39 anos, em 1962, o Decreto nº 51.429 do Governo Federal o proclamou Patrono do Exército Brasileiro.

Em um momento de questionamentos internos que ameaçavam a integridade institucional do Exército, durante os anos 1920, e posterior fortalecimento da atuação política dessa instituição, especialmente a partir do Estado Novo (1937), a glorificação de Caxias deveria representar não apenas a estabilização, união e fortalecimento dos militares, mas do Estado-Nação brasileiro em si.¹ Produz-se, dessa forma, a “fusão do Exército com a Nação, tendo como ponto focal Caxias, apresentado como o maior lutador pela unidade e integridade da Pátria” (Castro 2002, 109). Não por acaso, é após os anos 1930 que “a imagem do Exército como ‘Salvador da Pátria’ e interventor autorizado na política emerge como discurso hegemônico” (Santos 2004, 54).

Se, entre meados dos anos 1920 e 1930, ressaltavam-se mais as suas qualidades enquanto chefe militar firme a serviço de um Estado forte, mais tarde essa visão se transformará em um elogio à capacidade de Caxias para atuar de forma “rígida” e, ao mesmo tempo, “humana e conciliatória” para debelar, enquanto militar e político, as rebeliões que ameaçavam a integridade do território brasileiro.² Por exemplo, para Cláudio Bento (2003a, 291), o sucesso de Caxias enquanto pacificador teria ocorrido por sua capacidade de harmonizar os interesses de todos os envolvidos nas Rebeliões Regenciais: “Ele via irmãos brasileiros em divergências agudas, mas não inimigos”.

Outra referência ilustrativa pode ser encontrada no primeiro dos dois volumes intitulados “Caxias: Nome Tutelar da Nacionalidade”, de Paulo Peixoto, para o qual: “Não lhe importou, jamais, a consequência de seus atos na simpatia do povo. Orientava-os no sentido de pacificação, dentro do espírito da humanidade e de força” (1973, 74). Ainda segundo o autor, mesmo atuando enquanto hábil militar e político, Caxias não se deixava “contaminar pela luta entre liberais e conservadores, permanecendo rigo-

rosamente acima dos partidos e dos problemas partidários”, devido ao seu interesse maior de garantir a paz e a unidade da pátria. Peixoto dava ênfase à imagem do Patrono do Exército enquanto “agente neutro”, imagem que as Forças Armadas sempre buscaram capitanear para si.

Em relação a tal imagem construída em torno da figura de Caxias, Gomes (2014) faz a importante ressalva de que a obra de Peixoto foi lançada em 1973, durante o período mais repressor da ditadura militar (1964-1985), sob a égide do AI-5 e do mandato presidencial de Médici. Mesmo que não seja possível especular sobre as intenções do autor, é visível a dissonância entre as virtudes atribuídas a Caxias e a repressão desmedida aplicada pelo governo militar naquele momento.

Sobre o caráter elogioso à imagem de Caxias, também é possível recuperar o livro “Caxias e a unidade nacional”, de Claudio Bento (2003a). Produzido para comemorar os 200 anos de nascimento do Patrono do Exército, tal obra destaca o fato de que Caxias foi “inspirador da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, que inclui as Polícias Militares, pois ele foi o organizador e comandante por oito anos da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, que foi modelo para as demais no Império” (Bento 2003a, 147). Segundo Bento, foi na “missão policial militar [que Caxias] se preparou efetivamente para o exercício de sua função de Pacificador” (2003b).

Essa ênfase ao Duque de Caxias enquanto policial militar (e a importância dessa experiência nas ações de pacificação e na manutenção da unidade do Brasil) é utilizada, inclusive, como contraponto à visão contemporânea sobre a efetividade das forças policiais cariocas. Para Bento (2003a, 306), foi “Caxias quem assegurou, como comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, hoje cassada pelas ruas por bandidos, meio século de paz e tranquilidade ao povo e Governo Central do Rio de Janeiro”, no decorrer do século XIX. Dessa forma, a experiência de Caxias enquanto policial militar não apenas teria sido importante para as suas práticas de pacificação no período regencial, mas também deveria ser inspiradora das ações de reestabelecimento da ordem que são operadas contemporaneamente pelas forças militares e policiais brasileiras. Procura-se, assim, fornecer um caráter atemporal às influências que poderiam ser construídas a partir das habilidades atribuídas a Caxias.

As pacificações de Caxias como “missão civilizatória” no Segundo Reinado

Embora haja dissenso sobre as motivações das diversas Rebeliões Regenciais, não são raras as referências desfavoráveis à eclosão desses processos diante das resistências ao poder central e do conseqüente risco da fragmentação territorial. Para o poeta conservador Gonçalves de

Magalhães, que presenciou a pacificação do Maranhão como secretário e “amigo leal” do futuro Duque de Caxias, as revoltas regenciais permitiam enxergar o Império enquanto “um corpo seriamente comprometido por uma enorme chaga” (Souza 2008b, 233). Já Francisco Torres Homem (1981, 164) refere-se às revoltas subsequentes à abdicação de Pedro I enquanto “desencadeamento das paixões e instintos grosseiros das escórias da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização”. Especificamente sobre parte dos revoltos da Balaiada, Magalhães (1989, 16) os definia enquanto “cardumes de homens ociosos, sem domicílio certo, pela maior parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, [...] distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem”. Em consequência, para Magalhães (1989, 29) não era possível esperar qualquer postura de civilidade daqueles rebeldes, os quais “andavam devastando tudo como quadrilhas de bárbaros”.

A descrição dessas e de outras rebeliões da época enquanto guerra de “bárbaros”, que produziam o risco de “anarquia” e “fragmentação”, justificava aquilo que ficou estabelecido como discurso da ordem conservadora e centralizadora vigente, que prometia evitar o “desmanche do Império” e garantir a sua “estabilidade futura” (Magnoli 1997). Utilizava-se um argumento civilizatório para endossar o envio de tropas de pacificação, as quais permitiriam que Caxias atendesse o interesse da regência de (re) estabelecer redes de dominação e exploração econômica. Desse modo, ao mesmo tempo em que reprimia, Caxias restabelecia as fronteiras sociais perturbadas pelos movimentos dissidentes e ampliava a integração do Maranhão ao projeto conservador de consolidação do Império do Brasil. Assim, o discurso civilizatório que permitiu sustentar, entre os maranhenses, a imagem de “agente neutro” do governo, representava tanto as aspirações do partido Conservador, empenhado na integridade territorial do Império, quanto a preservação dos interesses da classe proprietária (Souza 2008a; 2008b; 2017).

Para lidar com homens que, segundo Magalhães (1989), não eram “domados por nenhum freio”, mostrava-se necessária uma ação militar exemplar, mas também com “função educativa”. Tal compreensão dos conflitos balizava as ações de pacificação. Não fortuitamente, Caxias encerrou seu mandato à frente da Presidência da Província do Maranhão, em 1841, afirmando que, embora a guerra fosse “uma calamidade pública, e ainda mais a guerra civil, também é às vezes um meio de civilização para o futuro, e a par de seus males presentes alguns germens de benefício deixa” (Magalhães 1989, 66). Para “domar” tais homens a estratégia não poderia estar restrita a ações repressivas. Também deveria dirigir sua atenção para instituições “formadoras de valores”, tendo sido implementada, por exemplo, a reorga-

nização da administração militar e civil da província (incluindo a reforma de instituições educacionais e religiosas).

Os próprios rumos da rebelião facilitavam essa tarefa, visto que “o desespero provocado pela falência econômica da província tinha se encarregado de dissolver a explosiva liga que misturava elite, mestiços e negros, iniciando o processo de reestruturação das antigas fronteiras sociais” (Souza 2008b, 242). Consequentemente, quando o então coronel Lima e Silva chegou ao Maranhão ele já “encontrou seus habitantes mais abastados e influentes clamando contra esses ‘bandidos’. Assim, precisava apenas consolidar essa fronteira social, que voltava a ser reconhecida por eles” (Souza 2008b, 242).³ Com efeito, o primeiro uso das tropas militares por parte de Caxias foi para escoltar as embarcações de comércio, permitindo que as elites pudessem negociar em segurança. Dessa forma, a “guerra civilizatória” carregava a missão de restaurar a disciplina e favorecer a lavoura e o comércio da capital com o do interior da província (Magalhães 1989).

Segundo Gomes (2014: 141), “se, por um lado, os ‘rebeldes’ eram frequentemente construídos como ‘selvagens’ — como o são os índios — que, se colocados em contextos de anarquia social, podem contaminar o espírito de ordem dentro do Estado soberano em construção”, por outro lado eles também eram formados ou influenciados por grupos (inclusive a elite) que poderiam ter “interesses e motivos racionalmente concebidos”, junto aos quais Caxias deveria exercer seu poder de negociação e conciliação. Dessa forma, a atuação de Caxias para a repressão da Balaiada pode ser utilizada como exemplo de como determinados “ideais civilizatórios” eram estabelecidos a partir de uma visão hierarquizada da sociedade, na qual cada grupo seria tratado, durante a pacificação, conforme a sua posição social.

A atuação de Caxias nessa quadra se situa em uma moldura maior e mais complexa da própria formação do mito fundador da nação brasileira. Ao analisar criticamente o que se aprende na escola sobre o Brasil, Marilena Chauí (2000, 6) diz: Aprendemos “[...] que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, *da nobreza do caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco*” (grifo nosso). Caxias constitui parte do mito fundador brasileiro, em que a pacificação, enquanto método oriundo de um estilo nobre, justo e moralmente correto de lidar com conflitos armados internos e internacionais, molda o caráter de uma nação.

PACIFICAÇÕES NO HAITI E NO RIO DE JANEIRO — O PARADIGMA DE CAXIAS NA ATUALIDADE

No século XXI, o Brasil se perfila entre os países que reforçaram a sinergia entre missões de paz internacionais e processos domésticos

de “pacificação” e “estabilização” de “contextos frágeis” (Muggah and Carvalho 2011; Collinson, Elhawary, and Muggah 2010). Os principais exemplos das políticas de pacificação executadas pelo Estado brasileiro na contemporaneidade materializaram-se tanto no próprio país (com efetivo destaque para as UPPs e a intervenção federal no Rio de Janeiro) quanto no Haiti (as pacificações de Bel Air e Cité Soleil, na capital Porto Príncipe, foram as mais emblemáticas).

Sobre a atuação do Brasil no Haiti, ela ocorreu no âmbito da Minustah. Munida com o discurso da “não indiferença” e da “diplomacia da solidariedade”, a política externa “ativa e altiva” da gestão do Presidente Lula da Silva colocou o Brasil como ator de destaque neste processo, ao liderar o componente militar daquela nova operação de paz da ONU no Haiti. Para as autoridades civis e militares brasileiras, as proximidades entre Brasil e Haiti não permitiriam apenas a oferta de projetos de cooperação para o desenvolvimento, possibilitados pelo *know-how* obtido por meio de políticas públicas desenvolvidas para a realidade brasileira. Também disseminava-se a ideia de que as experiências próprias da consolidação do Estado-Nação brasileiro teriam fornecido às suas Forças Armadas uma ampla capacidade “pacificadora” (inspirada em referências como Duque de Caixas), sabendo combinar “moderação” e “firmeza” (Gomes 2014).

É emblemático que o Brasil tenha instalado uma estátua do Duque de Caxias na capital haitiana, no cruzamento das ruas “Avenida Brasil” e “Avenida Haiti”, em 2007, acompanhada da mensagem: “Em homenagem ao militar brasileiro de força de paz”. Assim, a representação de Caxias ajudaria a compor o entendimento das Forças Armadas brasileiras de que “seu envolvimento na política externa apresenta uma oportunidade para reforçar seus valores tradicionais, particularmente o compromisso com a paz, [...] permitindo potencializar sua imagem no exterior e em casa” (Hirst and Nasser 2014, 2). Tal argumentação foi basilar para as tentativas brasileiras de distanciar a sua presença no Haiti em relação ao imaginário imperial, embora sua atuação fosse atravessada pelo uso intensivo e permissivo da força por parte de seus militares.

O momento mais lembrado em relação ao uso intensivo da força pela Minustah ocorreu em 2007, quando aproximadamente setecentos soldados brasileiros adentraram o bairro de Cité Soleil, na capital Porto Príncipe, sob comando do general Santos Cruz.⁴ A capacidade brasileira de penetrar na área foi vista por representantes da ONU como um sinal de progresso, uma espécie de sacralização da habilidade desses militares em processos de pacificação (Sotomayor 2014). A tática utilizada nessa operação envolvia o estabelecimento de um “ponto forte” no centro daquele bairro, estabelecido principalmente pelos capacetes azuis, mas também por forças policiais da

ONU e pela Polícia Nacional do Haiti, visando combater as gangues locais. Em seguida, durante um longo período havia pesadas patrulhas da ONU, em meio às quais algumas ONGs, ou os próprios militares, forneciam serviços básicos aos habitantes locais. O comando militar considerava que essa tática era essencial para o estabelecimento de uma percepção positiva da operação junto à população haitiana, ajudando a garantir a imagem, para os soldados brasileiros, de que “a mão amigável atuava em conexão com o braço forte” (Hirst and Nasser 2014, 4).

Essa forma de atuação poderia parecer familiar aos habitantes do Rio de Janeiro. Táticas semelhantes aos “pontos fortes” já tinham sido implementadas anteriormente no Brasil, em ocupações pontuais em favelas ao longo da década de 1990.⁵ Diante dos conhecimentos precedentes dos soldados brasileiros, Sotomayor (2014) aponta, de forma provocativa, para o fato de que a decisão da participação militar do Brasil na Minustah parecia “lógica”, diante da sua habilidade em “limpar” as favelas cariocas em relação à criminalidade. Não por acaso, ainda em plena vigência da Minustah, estratégias, equipamentos, recursos humanos e arcabouços jurídicos de pacificação aplicados no Haiti foram posteriormente vistos em favelas cariocas.

Apesar de os conflitos terem motivações diferentes no Rio de Janeiro e em Porto Príncipe, a experiência que o Brasil adquiriu no Haiti foi essencial para os posteriores processos de pacificação nas favelas cariocas (Harig 2015; Maciel 2018). Um dos momentos mais evidentes da vinculação entre as ações nas favelas de Porto Príncipe e do Rio ocorreu no final de 2010, quando se iniciou o processo de pacificação do Complexo do Alemão e da Penha. Parte das atividades foi desenvolvida pela chamada “Força de Paz” (FPaz), comandada pelo general Fernando Sardenberg, o qual havia liderado o contingente brasileiro na Minustah. Dos 800 militares que fizeram parte das referidas operações no Rio de Janeiro, 60% estiveram no Haiti, cumprindo diversas funções de segurança pública, como o patrulhamento da capital Porto Príncipe (Araújo 2010).

O general Augusto Heleno Pereira, primeiro comandante do componente militar da Minustah,⁶ afirmou que a pacificação do bairro de Bel Air, uma das primeiras prioridades da missão, “foi o embrião das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro” (Garbin 2017). Para o general, em tal pacificação foram essenciais tanto a ideia de pôr uma companhia de infantaria num quartel abandonado dentro do bairro (tática dos “pontos fortes”), quanto a posterior promoção de alguns projetos sociais, como a implantação de postos de saúde (com a presença de médicos brasileiros) e a melhoria das instalações da escola da região. A partir dessa estratégia o general afirma que eles foram “ganhando a população”, chegando ao ponto em que “haitianos passaram a ir de madrugada passar informações sobre

bandidos”, o que “ajudou muito na pacificação”. Por estarem atentos tanto para a garantia da “ordem” e da “segurança”, quanto para a “provisão de bens públicos básicos”, os militares afirmavam estar colocando em prática a “firmeza”, a “capacidade conciliatória” e a visão de “progresso” que, ao seu ver, marcam o *ethos* do Exército brasileiro desde a atuação do Duque de Caxias. Assim, o militar “pacificador” é aquele que, na esteira dos discursos dominantes sobre Caxias, apresenta-se como hábil gestor da “ordem” e do “progresso”.

Tanto na Minustah quanto nas pacificações no Rio, os soldados predominantemente realizavam tarefas típicas da polícia, como patrulhar, prender suspeitos, procurar drogas e armas, parar e revistar veículos e pessoas. Para o general Ronaldo Lundgren — o qual gerenciou os preparativos da ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré — a precedente atuação dos militares no Complexo do Alemão e na missão de paz no Haiti mostrou que o Exército possuía avançada experiência para executar operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O emprego das Forças Armadas, com base no dispositivo da GLO, está associado ao uso dos militares em ações de polícia ostensiva, preventiva ou repressiva. As intervenções para Garantia da Lei e da Ordem estão baseadas no artigo 142 da Constituição Federal e são regulamentadas pela Lei Complementar nº 97/1999, pelo decreto presidencial nº 3.897/2001, e pela Lei Complementar nº 136/2010, que alterou e ampliou a lei de 1999, detalhando os procedimentos para convocação, planejamento e execução dessas operações. Segundo essa legislação, essas ações preveem a utilização das Forças Armadas quando for verificado que as polícias locais não conseguem lidar com uma determinada crise. Embora tais dispositivos tenham recebido destaque ao serem aplicados no Rio de Janeiro⁷ e em Roraima,⁸ o uso das tropas militares na segurança pública já havia ocorrido em outras ocasiões, tais como greves de policiais militares,⁹ processos eleitorais e grandes eventos (a Rio+20, em 2012, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016).

Sobre as diversas conexões e posteriores reflexos entre as experiências de pacificação no Haiti e no Brasil, Harig (2015) ressalta que o estatuto jurídico dos soldados nas recentes operações em favelas no Rio de Janeiro inspirou-se na participação na Minustah. Referindo-se a supostos abusos de soldados durante a Operação Rio, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, propôs que as futuras missões de intervenção em favelas ocorressem sob proteção jurídica comparável às das tropas em missões de paz da ONU. Inclusive, o Exército apenas teria autorizado a Operação Arcaño, em 2010, após ter sido legalmente assegurado que possíveis casos de mau comportamento dos soldados não seriam julgados por tribunais civis.¹⁰

Também vale ressaltar que a recorrente convocação de militares para atuar em temas de segurança pública no Brasil ocorre em consonância com o mencionado Art. 142 da Constituição de 1988, no qual consta que as Forças Armadas poderiam ser convocadas pelos poderes constitucionais para salvaguardar as instituições e a ordem pública. Nesse sentido, o papel dominante do Brasil na Minustah está intrinsecamente ligado à experiência prévia de seus militares em lidar com a violência em ambientes urbanos marcados por elevados níveis de pobreza e marginalidade. A atuação das Forças Armadas Brasileiras em tais cenários não apenas faz recordar a longa tradição do emprego de militares para o restabelecimento de determinada ordem, tendo Caxias como paradigma, mas igualmente instiga a pensar as funções de tais forças em contextos republicanos e democráticos.

O PARADIGMA DE CAXIAS NO CENTRO DO PODER BRASILEIRO (2019-)

Até aqui, analisamos práticas e discursos que descrevem o Duque de Caxias enquanto militar firme e, ao mesmo tempo, conciliador, que se utilizava do diálogo para manter o “pacto imperial”, sem que isso dispensasse — muito pelo contrário — o uso da violência. “Nesta imagem, a violência, de acordo com o discurso legitimador de sua prática, é reservada a casos extraordinários, quando nenhuma acomodação de interesses se faz possível”, sendo ativada, especialmente, quando verificada a sua “necessidade moral”, diante de riscos à estabilidade da sociedade (Gomes 2014, 142).

Interessa-nos ressaltar como a imagem de um Caxias obstinado, legalista, estrategista, transigente e conciliador contribuía para a ideia de neutralidade, “como nos quer fazer crer a memória ainda em vigor” (Hayes 1991, 39), a qual é determinante para a atuação das Forças Armadas em ações de pacificação na contemporaneidade, sejam internacionais, como no Haiti — sob o amparo de mandatos do Conselho de Segurança da ONU — sejam internas, como nas intervenções no Rio de Janeiro — sob o amparo legal da Constituição Federal Brasileira.

A atuação mais ativa dos militares brasileiros em ações de segurança pública doméstica e em missões de paz da ONU, além da forte presença no poder Executivo que estrutura a gestão Bolsonaro,¹¹ podem ajudar a (re)produzir a antiga imagem que se pretende disseminar sobre o Exército enquanto, como afirma Santos (2004, 54), “Salvador da Pátria” e interventor autorizado na política brasileira. Não é coincidência o enaltecimento de Caxias por militares brasileiros na Minustah e, mais recentemente, pelo presidente Bolsonaro. A legitimidade das pacificações implementadas pelos militares está ancorada na (re)construção da reputação do Exército (e do Estado brasileiro em si) enquanto ente “mediador”, “conciliador”,

“integracionista” e “pacifista”, que usaria a força apenas quando indispensável e na medida devida. Isso habilitaria os representantes dessa instituição a atuarem como agentes “neutros”, em prol da “harmonização” de forças em conflito.

O número expressivo e o perfil dos militares que o presidente nomeou para seus ministérios não apenas fortalece esses argumentos, como também a falta de quadros no partido político pelo qual Bolsonaro se elegeu¹² e, ainda, a competência técnica dos militares. A incorporação de representantes das Forças Armadas na gestão Bolsonaro abre uma agenda de pesquisa sobre o novo *modus operandi* da pacificação – aqui entendida de forma abrangente, tal como Caxias a exerceu, como político conservador e militar. Nesse processo, destaca-se a alta presença e o papel fundamental de generais da reserva, ou reformados, veteranos da Minustah, que constituem o “grupo do Haiti” (Rodrigues 2019). O exemplo mais evidente é o general reformado Augusto Heleno, primeiro comandante do contingente militar da Minustah (2004–2005), o qual se destaca como importante conselheiro de Bolsonaro. Heleno foi um dos cruciais incentivadores da candidatura do presidente. Inicialmente cogitado como candidato a vice-presidente (não avalizado pelo seu partido político — o PRP), coordenou uma equipe responsável pela estruturação do programa de governo de Bolsonaro, que, vitorioso na eleição, convidou Heleno para ser ministro da Defesa. Contudo, o Presidente queria que seu conselheiro estivesse mais próximo, colocando-o no cargo estratégico de ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) — órgão responsável por viabilizar as ações de inteligência do Governo Federal (Gielow 2018).

Outro veterano que comandou a Minustah (entre 2007 e 2009) e fez parte da espinha dorsal da gestão Bolsonaro é o general Santos Cruz. Ele foi designado para a chefia da Secretaria de Governo, a qual mantém status de ministério e, dentre outras atribuições, é responsável pela articulação do governo com o Congresso. Além da sua atuação no Haiti, destaca-se o posto de comando assumido por Santos Cruz na missão de paz da ONU na República Democrática do Congo (Monusco), entre 2013 e 2015, considerada pela ONU a mais difícil entre todas. Durante o governo de Michel Temer, o general da reserva chefou a Secretaria Nacional de Segurança Pública, em plena intervenção federal no Rio de Janeiro. No Haiti, enquanto o general Heleno foi responsável pela pacificação da comunidade de Bel Air, foi Santos Cruz quem concluiu essa tarefa em Cité Soleil. Após seis meses de atuação, aparentemente por conflitos com alas ideológicas do governo, Santos Cruz foi demitido pelo Presidente e substituído pelo general Luiz Eduardo Pereira, que também comandou a Minustah (2011–2012).¹³

A decisão do governo Lula de inserir o Brasil como líder do componente militar da Minustah conferiu posição de destaque às Forças Armadas, algo que não se via desde o processo de redemocratização. A experiência adquirida no Haiti foi aplicada nas pacificações de favelas no Rio de Janeiro, ainda sob a vigência daquela missão de paz. Todavia, o que não era perceptível naquele momento, e tornou-se uma realidade efetiva, foram os efeitos daquela missão de paz na mobilização da elite do Exército. É sintomática a afirmação do general Heleno de que a Minustah foi uma “experiência fundamental para a atual geração de oficiais do Exército Brasileiro”, fornecendo às tropas brasileiras maior conhecimento de gestão durante crises e permitindo que os militares pudessem melhor “conhecer suas capacidades”, incluindo “lições de liderança” (Godoy 2019).

Diante desse cenário e em consonância com a afirmação de Paulo Arantes (2014) de que a atual “doutrina da pacificação” também não se restringe às operações militares, é possível conceber uma agenda de pesquisa sobre a dimensão simbólica da “convocação” de militares para atuar no poder Executivo. Assim como em outros momentos da história brasileira nos quais era demandada a pacificação do País sob o exemplo de Duque de Caxias,¹⁴ os militares são apresentados como agentes “neutros”, “mediadores” e cientes dos desafios técnicos que obstaculizam a “ordem” e o “progresso”. Embora sejam definidos como “imparciais”, a mobilização desses militares nos poderes Executivo e no Legislativo¹⁵ podem ser vistas como uma importante expressão da onda conservadora que tem acometido o Brasil (a par de dinâmicas análogas no cenário internacional).

As ações do governo Bolsonaro, após um ano de mandato, indicam como os projetos de pacificação no Brasil podem ganhar um novo capítulo, no qual a erosão de mecanismos e instituições democráticas (a exemplo do cerco crescente às universidades federais) e a violação legalizada dos direitos humanos constituem parte de sua estratégia de consolidação e perpetuação no poder. Nesse sentido, destaca-se a proposta de alteração do código penal para permitir o “excludente de ilicitude”, espécie de imunidade para policiais em serviço e militares atuando sob o regime da GLO (DW 2019), cujas vítimas usuais são as populações periféricas, negros e pobres, que estariam sujeitas às brutais ações policiais de controle. Mas, igualmente, visa ao controle de segmentos da classe média críticos ao governo, em caso de protestos maciços.¹⁶ A pacificação atinge também os povos indígenas e quilombolas, a partir de uma política assimilacionista — que já foi classificada como genocida — similar à do regime da ditadura militar. A regressividade crescente da agenda governamental doméstica na esfera ampla dos direitos humanos se reflete igualmente na política externa, onde o Brasil abandona posturas consolidadas na ONU e se alinha a países

e grupos conservadores em temas de gênero, migrações, minorias, entre outros (Rodrigues et al. 2019) Poderia esse conjunto de ações regressivas à democracia e aos direitos humanos, que respondem a uma concepção ideológica de ultradireita do governo, ser classificado como uma estratégia de pacificação, nos moldes do paradigma de Caxias?

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, é possível notar no Brasil uma crescente e ampla mobilização das forças estatais para a produção de uma “paz total” como produto da “doutrina da pacificação”, versão democrática da ideologia da segurança nacional do período da ditadura civil-militar (Arantes 2014). Assim como em outros processos de pacificação implementados desde o Brasil Império, as Forças Armadas são um ator chave na atual proliferação de variados dispositivos de *exceção*. Nos últimos anos, o governo federal não hesitou em acionar os militares — em princípio destinados prioritariamente à defesa extrafronteiras do País — durante a realização de grandes eventos esportivos e para garantir a segurança pública em ambiente doméstico, com destaque para os processos de pacificação de favelas cariocas. A ampla indicação de militares para a composição da gestão de Bolsonaro na Presidência da República demanda uma agenda de pesquisa que verifique se a intervenção das Forças Armadas no ambiente doméstico atingiu um novo patamar.

Neste artigo, buscou-se apresentar questões a serem verificadas e ampliadas em pesquisas futuras, sobre o debate em torno da hipótese de que a presença de militares no atual governo — especialmente da “turma do Haiti” — e as referências ao Duque de Caxias comprovariam que as Forças Armadas Brasileiras estão, novamente, sendo acionadas como agentes de pacificação. Caberá, em tais pesquisas, demonstrar, em detalhes, como essa dinâmica está sendo estabelecida, a partir de quais práticas/políticas, qual é a ordem que está sendo imposta, quais atores estão sendo enquadrados, para proteger quais interesses e como isso está sendo “vendido” para a população.

Tal esforço é necessário para comprovar a hipótese, lançada nesse artigo, de que o paradigma de Caxias chegou ao centro do poder no Brasil. A pacificação à brasileira, exercida e reconhecida (e também criticada) durante o comando brasileiro na Minustah, no Haiti, e a aplicação de sua *expertise* nas intervenções pontuais e duradouras no âmbito doméstico, estaria deixando de ser uma opção de governo, e passando a estar no centro nevrálgico da visão de gestão do Presidente Bolsonaro. A invocação sistemática do paradigma de Caxias, enquanto pacificador e patrono do Exército

Brasileiro, pelo mais alto mandatário da República, pelo Vice-Presidente e pelos principais ministros da Esplanada em Brasília lança um sinal de alerta que as Ciências Humanas e Sociais precisam decifrar, como parte da crítica científica e do exercício da cidadania democrática.

O paradigma de Caxias, trazido para a contemporaneidade como inspiração e exemplo a ser seguido, pode significar o uso “justificado” da violência estatal, a restrição a direitos das minorias, a repressão a movimentos sociais e a censura a práticas democráticas de manifestação da sociedade civil na esfera pública. Portanto, um olhar atento para os projetos de pacificação no Brasil se mostra essencial para as necessárias reflexões sobre o atual papel dos militares no regime democrático brasileiro.

REFERÊNCIAS

Arantes, P. 2014. *O Novo Tempo do Mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.

Araújo, V. 2010. “General da Brigada Paraquedista que já comandou as tropas brasileiras no Haiti vai comandar a [...]”. *O Globo*, 08 dec. <http://oglobo.globo.com/rio/general-da-brigada-paraquedista-que-ja-comandou-as-tropas-brasileiras-no-haiti-vai-comandar-a-2913513>.

Bento, C. M. 2003a. *Caxias e a unidade nacional*. Porto Alegre: Genesis.

_____. 2003b. “Caxias como policial militar no Rio de Janeiro na Regência 1831-1838 e a sua significação histórica”. *Academia de História Militar Terrestre do Brasil*. <http://www.ahimtb.org.br/caxiaspol.htm>.

Castro, C. 2002. *A invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Zahar.

Chauí, M. 2000. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Collinson, S., S. Elhawary, and R. Muggah. 2010. “States of fragility: stabilization and its implications for humanitarian action”. *HPG Working Paper*, London/UK: Humanitarian Policy Group. <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-as-sets/publications-opinion-files/5978.pdf>.

Dolhnikoff, M. 2005. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo.

DW. 2019. “Bolsonaro envia ao Congresso projeto para isentar de punição militares e policiais”. *Deutsche Welle*, 21 nov. <https://www.dw.com/pt-br/bolsona->

ro-envia-ao-congresso-projeto-para-isentar-de-puni%C3%A7%C3%A3o-militares-e-policiais/a-51359608.

Ferreira, P. 2018. “Entenda quem foi Duque de Caxias: citado por Bolsonaro, militar reprimiu revoltas populares no Império”. *O Globo*, 01 nov. <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/entenda-quem-foi-duque-de-caxias-citado-por-bolsonaro-militar-reprimiu-revoltas-populares-no-imperio-23199653>.

Forjaz, C. H. 2005. *Espada Caxias*. Rio de Janeiro [s./n].

Garbin, L. 2017. “Após 13 anos, Brasil deixa o Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 26 aug. <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apos-13-anos-brasil-deixa-o-haiti,70001950952>.

Gielow, I. 2018. “Conselheiro de Bolsonaro, general Heleno vai enfrentar uma nova guerra”. *Folha de S. Paulo*, 29 dec. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/conselheiro-de-bolsonaro-general-heleno-vai-enfrentar-uma-nova-guerra.shtml>.

Godoy, M. 2019. “Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto”. *O Estado de S. Paulo*, 01 jan. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veteranos-do-haiti-e-paraquedistas-chegam-ao-planalto,70002662724>.

Gomes, M. S. 2014. “A ‘pacificação’ como prática de ‘política externa’ de (re) produção do *selfestatal*: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti”. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Hayes, R. 1991. *A Nação Armada. A mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Harig, C. 2015. “Peacekeeping in Haiti: A Laboratory for Pacification in Rio de Janeiro?” *Strife*, 28 may <http://www.strifeblog.org/2015/05/28/peacekeeping-in-haiti-a-laboratory-for-pacification-in-rio-de-janeiro/>.

Hirst, M., and R. Nasser. 2014. “Brazil’s involvement in peacekeeping operations: the new defence-security-foreign policy nexus”. *NOREF Report*, Norwegian Peacebuilding Resource Centre. <http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Hirst-e-Nasser.pdf>.

Homem, F. S. 1981. “O libelo do povo”. *Revista de Ciência Política* 3, no. 24: 149–184. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Maciel, T. M. 2018. “O papel do Brasil na ‘pacificação’ e reconstrução do Estado haitiano através da Minustah: a turva fronteira entre espaços de segurança na-

cionais e internacionais”. Tese (Doutorado), Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo.

Magalhães, D. G. 1989. “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão, desde 1839 até 1840”. *Novos Estudos Cebrap*, no. 23: 14–66.

Magnoli, D. 1997. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp; Editora Moderna.

Malacalza, B. 2014. “Modelos de Cooperación Internacional para el Desarrollo en Haití. Discursos, Prácticas y Tensiones”. *Relaciones Internacionales*, no. 25: 53–77. Universidad Autónoma de Madri.

Moreno, M. R., C. C. Braga, and M. S. Gomes. 2012. “Trapped between many worlds: a post-colonial perspective on the UN Mission in Haiti (Minustah)”. *International Peacekeeping* 19, no. 3: 377–392.

Muggah, R., and I. S. Carvalho. 2011. “O Efeito Sul: reflexões críticas sobre o engajamento do Brasil com países frágeis”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo 5, no. 9 (August/September): 166–176.

Oliveira, J. P. 2014. “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. *Mana* 20, no. 1: 125–161. <http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf>.

Peixoto, P. M. 1973. *Caxias: Nome tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico.

Rodrigues, G. M. A. 2019. “El Trump del Trópico? Política exterior de ultraderecha em Brasil”. *Análisis Carolina*, no. 06. Fundación Carolina.

Rodrigues, G. M. A. et al. 2019. “A desconstrução dos direitos humanos na política externa brasileira”. *Carta Capital*, 06 jul. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observamundo/a-desconstrucao-dos-direitos-humanos-na-politica-externa-brasileira/>.

Rodrigues, T. M. 2016. “Narcotráfico, Militarização e Pacificações: novas securitizações no Brasil”. In *Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional*, edited by R. dos Passos and A. Fuccille. v. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

Santos, M. O. 2004. *Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”*. São Paulo: Annablume.

Shinohara, G. 2019. “Número de militares da ativa no governo federal cresce 13% com Bolsonaro”. *O Globo*, 05 aug. <https://oglobo.globo.com/brasil/numero-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-13-com-bolsonaro-23854701>.

Shulz, J. 1994. *O Exército na Política: Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp.

Sotomayor, A. C. 2014. *The Myth of the Democratic Peacekeeper: Civil-Military Relations and the United Nations*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Souza, A. B. 2008a. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 2008b. “O resgate do que se desmancha: a cartografia da pacificação da Balaiada”. *Topoi* 9, no. 16 (January-June): 233–57. <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00233.pdf>.

_____. 2017. “Mito de Estado, Estado é: o Duque de Caxias e as práticas pacificadoras do Exército imperial” In *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*, edited by A. B. Souza, A. M. Silva, L. E. Moraes, and M. Chirio. São Paulo: Alameda. 175–95.

Souza, A. B. et al. 2017 “Uma nação ordeira: a longa história da violência ‘pacificadora’ no Brasil”. In *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*, edited by A. B. Souza, A. M. Silva, L. E. Moraes, and M. Chirio. São Paulo: Alameda. 9–20.

Souza Lima, A. C. 2015. “Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI”. *Mana* 21, no. 2: 425–457. Rio de Janeiro. <http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00425.pdf>.

Terra. 2018. “Eleição de Bolsonaro pacificará o país, afirma general Mourão”. *Portal Terra*, 04 out. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/eleicao-de-bolsonaro-pacificara-o-pais-afirma-general-mourao,68ac40a3e2bfafce3f3aeefe0581b808k5smsbov.html>.

Uol. 2018. “Mourão: ‘Não somos ditadores que chegamos para tomar o país’”. *Uol Notícias*, São Paulo, 30 out. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/30/hamilton-mourao-vice-presidente-entrevista-democracia-tortura-bolsonaro.htm>.

Valente, R. 2019. “Militares já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação”. *Folha de S. Paulo*, 20 jan. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml>.

Vargas, M. 2019. “Se falou tem de estudar como vai fazer, diz Heleno sobre AI-5”. *O Estado de S. Paulo*, 31 out. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-ele-falou-tem-de-estudar-como-vai-fazer-diz-heleno-sobre-ai-5,70003071502>.

NOTAS

1. Em consonância com o processo de construção do estado brasileiro vigente naquele momento, se até o fim do século XIX, no Império, a descrição da figura de Caxias estava voltada à proteção da “Pátria”, no novo século republicano ele passou a ser definido como o defensor da “Nação” (Gomes 2014).
2. Vale notar que, no imaginário popular, Caxias é mais associado à rigidez do que à flexibilidade, vide frases populares como “Ele é um Caxias”, “Não seja tão Caxias!”.
3. Nesse processo, Souza (2008b, 251) ressalta a diferença de tratamento entre os negros e os demais rebeldes. Em nenhum momento Caxias teria negociado com os negros: “Eram escravos, não decidiam seus destinos”. O papel de Caxias enquanto representante do Império era “devolvê-los a seus donos — esse era um domínio exclusivo do poder privado”.
4. Ministro da Secretaria de Governo da gestão do presidente Bolsonaro (Jan.-Jun./2019).
5. Tais como a ocupação da favela Parque Roquete Pinto e a Operação Rio, em 1994, além das atuações durante a Conferência sobre o Meio Ambiente da ONU (ECO-92), em 1992, e a visita do papa João Paulo II, em 1998.
6. Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro (Jan./2019-).
7. Quando, a partir de julho de 2017, a segurança pública fluminense passou a estar sob responsabilidade de um interventor militar.
8. A partir de agosto de 2018, por conta do impacto migratório da crise venezuelana.
9. Na Bahia, em 2012, e no Espírito Santo, em 2017, por exemplo.
10. Em relação a essa mesma temática, Rodrigues (2016) destaca a grande similaridade dos conceitos centrais que estruturam os documentos “Rules of Engagement (ROE) for the Military Component of the United Nations Stabilization Mission in Haiti” e “Regras de Engajamento para a Operação da Força de Pacificação no Rio de Janeiro (Diretriz Ministerial nº 15/2010)”, os quais descrevem as obrigações, permissões e proibições na atuação dos militares, além de definir o perfil geral dos “atos hostis” e “inimigos” a serem combatidos.
11. Além do cargo de Vice-Presidente e do comando de quase um terço das 21 pastas que compõem sua estrutura de funcionamento, representantes das Forças Armadas também ocupam posições importantes do segundo escalão do governo Bolsonaro. Em fevereiro de 2018, havia 45 oficiais (especialmente do Exército) no primeiro e segundo escalões,

- algo incomum em regimes democráticos e que não era visto no Brasil desde a ditadura militar (1964-1985). Também vale notar que o total de militares da ativa cedidos ao executivo federal cresceu 13,7% nos primeiros seis meses do governo Bolsonaro, na comparação com 2018 (Shinohara 2019; Valente 2019).
12. Em novembro de 2019, Bolsonaro solicitou sua desfiliação do Partido Social Liberal (PSL), permanecendo sem partido ao menos até meados de 2020, devido a entraves junto ao Tribunal Superior Eleitoral para a criação de sua nova legenda, denominada Aliança pelo Brasil.
 13. Outros militares do alto escalão do Exército que atuaram na Minustah e compõem o governo Bolsonaro são: o general Floriano Peixoto (ministro da Secretaria Geral da Presidência), o general Fernando Azevedo e Silva (ministro da Defesa), o general Marco Aurélio Vieira (secretário dos Esportes), o general Edson Pujol (comandante do Exército) e o general Ajax Porto Pinheiro (assessor do presidente do Superior Tribunal Federal).
 14. Por exemplo, quando o deputado Paulo Brossard, em matéria do Jornal do Brasil de 28 nov. 1969 (disponível no acervo do IEB/USP, sob o código JHR-DO59-061), solicitou ao General Médici que este se “apropriasse do exemplo de Duque de Caxias e pacificasse logo o país”. Para Brossard, Médici precisava restabelecer a “comunhão” de uma sociedade que sofria diante da insegurança gerada pelo constante descumprimento das leis, a despeito do caráter mais rígido que elas assumiam. Se assim Médici fizesse “ele teria a glória de ser, como Luís Alves de Lima e Silva [Duque de Caxias], o grande pacificador”.
 15. Ressalta-se que também há veteranos da Minustah no poder Legislativo, tais como o general Sebastião Peternelli, eleito deputado federal pelo PSL e subordinado do general Heleno no Haiti.
 16. Cabe aqui mencionar a gravíssima fala do General Heleno, comentando a declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro de que caberia um novo AI-5 no Brasil, caso houvesse protestos de rua semelhantes aos do Chile. O Gal Heleno disse que “[...] tem que estudar como fazer” (Vargas 2019), insinuando que o governo poderia adotar medida de exceção semelhante àquela que deu origem à pior fase do regime militar. Tal declaração sofreu forte reação do Congresso e de diversos setores da imprensa e da sociedade civil.

PACIFICAÇÃO À BRASILEIRA? O PARADIGMA DE CAXIAS,
A MINUSTAH E O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

RESUMO

Este artigo aborda o conceito de pacificação, através da atuação de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, e do uso de sua imagem pelo presidente Bolsonaro e pelos militares brasileiros na contemporaneidade. Analisa-se, em termos políticos e sociais, o paradigma de Caxias como pacificador do Segundo Império e o que os autores identificam como “pacificação à brasileira”, a partir de intervenções recentes no Haiti e no Rio de Janeiro. A apropriação de Caxias como eixo simbólico para as pacificações contemporâneas remete à identidade do Exército enquanto agente “moderador”, fornecendo indícios para uma agenda de pesquisa baseada na hipótese de uso contemporâneo do paradigma de Caxias no exercício do poder pelo governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Duque de Caxias; Pacificação; Exército Brasileiro; Minustah; Bolsonaro.

ABSTRACT

This article analyzes the concept of pacification through the role of Caxias, patron of the Brazilian Army, and the use of his image by President Bolsonaro and the Brazilian military in contemporary times. We analyze, in political and social terms, the paradigm of Caxias as a pacifier of the Second Empire and what the authors identify as “pacification in the Brazilian”, based on recent interventions in Haiti and Rio de Janeiro. The appropriation of Caxias as a symbolic axis for contemporary pacifications refers to the Army’s identity as a “moderating” agent, providing evidences for a research agenda based upon the hypothesis of a contemporary adoption of the Caxias paradigm in the exercise of power by Bolsonaro’s government.

Keywords: Duke of Caxias; Pacification; Brazilian Army; Minustah; Bolsonaro.